



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da Décima Terceira Região

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE/PB
PERÍODO: 14 A 16 DE AGOSTO DE 2013

No dia 14 de agosto de 2013, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente e Corregedor **CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE**, compareceu à 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande o Secretário da Corregedoria **Marcelo de Castro Reis**, acompanhado dos servidores **Cláudia Guimarães Pimentel**, **Dinalva Lúcia Fernandes Pereira Torres** e **Reginaldo Pires Moura Brasil**, para realizar correição ordinária referente ao período de **14 de agosto de 2012 a 13 de agosto de 2013**, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. A equipe foi recepcionada pelo Juiz Titular **Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva**, pelo Diretor de Secretaria **Francisco de Assis Queiroz** e demais servidores. Atuaram nesta correição, de forma *on line*, permanecendo na sede do Regional, os servidores **Adelcídio Pereira Júnior**, **Maria Elizabete dos Santos Melo**, **Roberto Moura Martins** e **Silvana Marsicano Franca**. O Corregedor Regional, com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho, em suas observações resultantes do exame dos processos em correição e na consulta dos dados estatísticos constantes do SUAP, utilizando-se a metodologia do Sistema e-Gestão, referentes aos períodos de **1º de agosto a 31 de dezembro de 2012** e **1º de janeiro a 31 de julho de 2013**, registrou o seguinte:



DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA VARA

A 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande encontra-se instalada no Fórum Irineu Joffily, em um ambiente amplo e confortável.

DOS RECURSOS HUMANOS

Atuam nesta Vara 01 (um) Juiz Titular, 01 (um) Juiz Substituto, 12 (doze) servidores e 01 (um) estagiário, conforme quadro abaixo:

SERVIDOR/ESTAGIÁRIOS	CARGO/FUNÇÃO
Alessandra Duarte Pinto de Sousa	Requisitada
Anete Chagas Brunet	Técnico Judiciário
Carlos José dos Santos	Técnico Judiciário
Ellen White Alves Oliveira	Técnico Judiciário
Fernanda Farias Wanderley	Técnico Judiciário
Francisco de Assis Queiroz	Técnico Judiciário/Diretor de Secretaria
Lúcia de Fátima Campos	Técnico Judiciário
Luciana Maria Barbosa Gusmão	Técnico Judiciário
Marcelo Cavalcante Arruda	Técnico Judiciário
Normando Primo Bitu	Técnico Judiciário
Rachel Gaudêncio de Brito Wanderley	Analista Judiciário
Sandra Maria Silva França Feitosa	Técnico Judiciário
Gustavo Sousa Costa	Estagiário

DA DIVISÃO DE TRABALHO POR SERVIDOR

Constatou-se que a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande adota o sistema de divisão de tarefas mediante a utilização de faixa processual disponível no SUAP.

 2 



DO EXAME DOS PROCESSOS

Foram analisados, pelo critério de seleção estabelecido no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 001/2011, 250 (duzentos e cinquenta) processos, havendo a prolação de 16 (dezesesseis) despachos correicionais, dos quais 07 (sete) relativos ao BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

DOS PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS

Por ocasião dos trabalhos correicionais, foi verificado: **a)** que não é praxe na Vara a prolação de sentença líquida; **b)** análise pelo magistrado, com o pronunciamento explícito, do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade dos recursos interpostos; **c)** citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; **d)** utilização dos Convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD; **e)** liberação de depósito recursal em favor do reclamante, a pedido ou de ofício, após o trânsito em julgado da reclamação trabalhista; **f)** certidão do diretor de secretaria atestando a inexistência de depósito judicial ou recursal e o esgotamento dos meios de coerção do devedor, quando do envio dos autos ao arquivo provisório.

DOS REGISTROS E CADASTROS NO SUAP

Durante a análise dos procedimentos judiciais, foi verificado: **a)** registro dos assuntos elencados na petição inicial, efetuado pelo Núcleo de Distribuição dos Feitos de Campina Grande, com pequenas falhas; **b)** lançamento dos pagamentos/recolhimentos existentes nos autos; **c)** completo cadastro das partes; **d)** arquivamento da ação em relação à parte reclamante e seu patrono, bem como a inclusão da União – Procuradoria Geral Federal no polo ativo da ação, quando iniciada a execução exclusivamente previdenciária definitiva; **e)** lançamento, no período correicionado, de 177 (cento e setenta e sete) planilhas de cálculo de liquidação, visando facilitar a lavratura de acórdão líquido, se houver.



DO CUMPRIMENTO DAS METAS - EXERCÍCIO DE 2012

Metodologia de cálculo definida pelo CNJ – Resolução nº 76/2009:

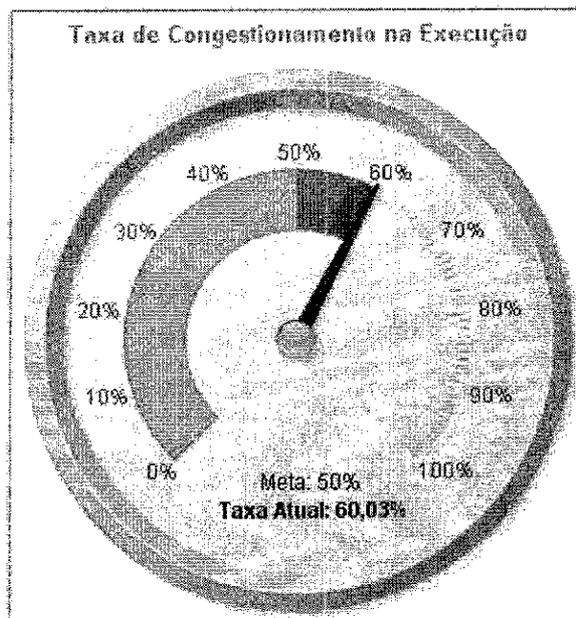
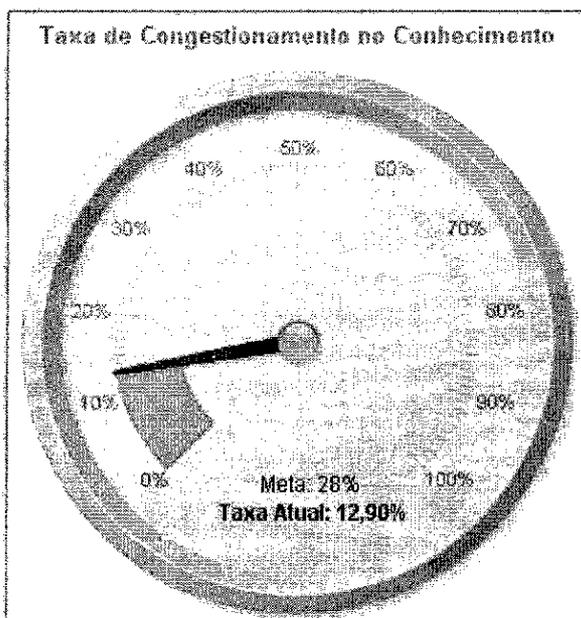
$$\text{Taxa de Congestionamento} = 1 - \frac{\text{Processos Baixados}}{\text{Casos Novos} + \text{Casos Pendentes}}$$

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS – EXERCÍCIO 2012						
	Casos novos	Baixados	Pendência	Atual	Meta 2012	Atingida?
Taxa de congestionamento na fase de conhecimento (em %)	1535	1695	411	12,90%	28,00%	sim
Taxa de congestionamento na fase de execução (em%)	778	616	763	60,03%	50,00%	não
META 1 - Diminuição do estoque de processos na fase de conhecimento				Recebidos	Resolvidos	Atingida?
Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2012 e parcela do estoque				1533	1523	não

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão

*Nos "Casos novos" da taxa de congestionamento na fase de conhecimento também estão computados os embargos declaratórios e as sentenças anuladas.

*Nos "Recebidos" estão excluídos os embargos declaratórios e as sentenças anuladas.



4



a) Taxa de congestionamento na fase de conhecimento: a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande obteve, no exercício de 2012, um percentual de 12,90% no índice de congestionamento na fase de conhecimento, atingindo percentual inferior a 28% definido como limite máximo e meta no Planejamento Estratégico do TRT da 13ª Região. Cumpriu, pois, a meta. **b) Taxa de congestionamento na fase de execução:** obteve, no exercício de 2012, um percentual de 60,03% no índice de congestionamento na fase de execução, não atingindo percentual inferior a 50% definido como limite máximo e meta no Planejamento Estratégico do TRT da 13ª Região. Não cumpriu, pois, a meta. **c) Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2012 e parcela do estoque:** a Unidade não cumpriu a meta, uma vez que autuou 1533 (mil quinhentos e trinta e três) feitos e julgou 1523 (mil quinhentos e vinte e três).

DO CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS RELATIVAS A 2013

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS				
META 1 – Diminuição do estoque de processos na fase de conhecimento - 1º/01/2013 a 31/07/2013				
Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2013 e parcela do estoque	Recebidos	Resolvidos	Parcialmente atingida?	
	1418	1312	não	
META 13 – Diminuição do estoque de processos na fase de execução	Execuções Encerradas			
Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011	1º/01/2011 a 31/07/2011	1º/01/2013 a 31/07/2013	Meta	Parcialmente atingida?
	378	431	15%	não

a) Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2013 e parcela do estoque: a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande não vem cumprindo a Meta 1, uma vez que, até o dia 31 de julho de 2013, autuou 1418 (mil quatrocentos e dezoito) feitos e julgou 1312 (mil trezentos e doze); **b) Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011:** a Unidade não vem cumprindo a Meta 13, uma vez que encerrou 431



(quatrocentas e trinta e uma) execuções até o dia 31 de julho de 2013, enquanto que, no mesmo período de 2011, encerrou 378 (trezentas e setenta e oito).

DA ATUAÇÃO E PRODUTIVIDADE DO JUIZ TITULAR

O Juiz Titular Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva, no período de 1º/08/2012 a 31/12/2012, realizou 385 (trezentas e oitenta e cinco) audiências, num total de 32 (trinta e duas) pautas, conciliando 88 (oitenta e oito) processos. Julgou no período 195 (cento e noventa e cinco) feitos, todos no prazo legal. Exarou, ainda, 1744 (mil setecentos e quarenta e quatro) despachos. O Magistrado alcançou um percentual de 30% de conciliação com entes privados e 2% com entes públicos entre os processos resolvidos sob a sua jurisdição.

No período de 1º/01/2013 a 31/07/2013, o Juiz Titular realizou 736 (setecentas e trinta e seis) audiências, num total de 37 (trinta e sete) pautas, conciliando 172 (cento e setenta e dois) processos. Julgou no período 357 (trezentos e cinquenta e sete) feitos, todos no prazo legal. Exarou, ainda, 2784 (dois mil, setecentos e oitenta e quatro) despachos. O Magistrado alcançou um percentual de 30% de conciliação com entes privados e 5% com entes públicos entre os processos resolvidos sob a sua jurisdição.

HUMBERTO HALISON BARBOSA DE CARVALHO E SILVA		
PRAZO MÉDIO (dias)	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Prazo médio para prolação de sentença	0,25	1,03
Prazo médio do ajuizamento à sentença*	43,27	40,48
PERCENTUAL DE SENTENÇA LÍQUIDA		
Percentual de sentença líquida*	71,08%	66,42%

* Para o cálculo do prazo médio entre o ajuizamento e a sentença foram excluídos os processos com perícia, os decididos em audiência (artigos 844 e 852-B da CLT/homologação de transação), os que tiveram declarada a incompetência e os aguardando o desfecho de outro processo ou o cumprimento de carta precatória.

* O percentual de sentença líquida foi calculado levando-se em conta o quantitativo de sentenças procedentes e procedentes em parte, sem excluir deste cômputo as decisões de obrigação de fazer.

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão



DA ATUAÇÃO E PRODUTIVIDADE DO JUIZ SUBSTITUTO FIXO

Em relação ao Magistrado Paulo Nunes de Oliveira, foi constatado que, no período de 1º/08/2012 a 31/12/2012, realizou 516 (quinhentas e dezesseis) audiências, num total de 36 (trinta e seis) pautas, conciliando 108 (cento e oito) feitos. Julgou no período 153 (cento e cinquenta e três) processos, sendo 119 (cento e dezenove) no prazo legal e 34 (trinta e quatro) fora do prazo. Exarou, ainda, 1309 (mil trezentos e nove) despachos. O referido Magistrado alcançou um percentual de 41% de conciliação com entes privados e 2% com entes públicos entre os processos resolvidos sob a sua jurisdição.

No período de 1º/01/2013 a 31/07/2013, o Magistrado supra citado realizou 1082 (mil e oitenta e duas) audiências, num total de 61 (sessenta e uma) pautas, conciliando 219 (duzentos e dezenove) feitos. Julgou no período 475 (quatrocentos e setenta e cinco) processos, sendo 372 (trezentos e setenta e dois) no prazo legal e 103 (cento e três) fora do prazo. Exarou, ainda, 2891 (dois mil, oitocentos e noventa e um) despachos. O Magistrado alcançou um percentual de 28% de conciliação com entes privados e 6% com entes públicos entre os processos resolvidos sob a sua jurisdição.

PAULO NUNES DE OLIVEIRA		
PRAZO MÉDIO (dias)	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Prazo médio para prolação de sentença	12,74	27,61
Prazo médio do ajuizamento à sentença*	51,05	61,05
PERCENTUAL DE SENTENÇA LÍQUIDA		
Percentual de sentença líquida*	35,29%	40,82%

* Para o cálculo do prazo médio entre o ajuizamento e a sentença foram excluídos os processos com perícia, os decididos em audiência (artigos 844 e 852-B da CLT/homologação de transação), os que tiveram declarada a incompetência e os aguardando o desfecho de outro processo ou o cumprimento de carta precatória.

* O percentual de sentença líquida foi calculado levando-se em conta o quantitativo de sentenças procedentes e procedentes em parte, sem excluir deste cômputo as decisões de obrigação de fazer.

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão



DA PRODUTIVIDADE DOS JUÍZES SUBSTITUTOS QUE EVENTUALMENTE ATUARAM NA VARA DURANTE O PERÍODO CORREICIONADO

ADRIANA LEMES FERNANDES MARAÇAJÁ COUTINHO		
	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Audiências realizadas	58	43
Número de pautas	9	6
Conciliações	33	25
Processos julgados no prazo	46	42
Processos julgados fora do prazo	17	5
Despachos exarados	170	70
Percentual de conciliações com entes privados	34%	34%
Percentual de conciliações com entes públicos	2%	2%
Prazo médio p/ prolação de sentença (em dias)	9,98	10,74
Prazo médio do ajuizamento à sentença (em dias)*	51,66	69,62
Percentual de sentença líquida*	100%	92,86%

AERCIO PEREIRA DE LIMA FILHO		
	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Audiências realizadas	2	-
Número de pautas	1	-
Conciliações	2	-
Processos julgados no prazo	4	-
Processos julgados fora do prazo	-	-
Despachos exarados	35	-
Percentual de conciliações com entes privados	33%	-
Percentual de conciliações com entes públicos	-	-
Prazo médio p/ prolação de sentença (em dias)	-	-
Prazo médio do ajuizamento à sentença (em dias)*	39	-
Percentual de sentença líquida*	-	-

8



FLAVIA ROBERTA FARIAS DA COSTA ASSUNÇÃO		
	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Audiências realizadas	-	14
Número de pautas	-	3
Conciliações	-	14
Processos julgados no prazo	2	10
Processos julgados fora do prazo	-	2
Despachos exarados	-	6
Percentual de conciliações com entes privados	-	48%
Percentual de conciliações com entes públicos	-	20%
Prazo médio p/ prolação de sentença (em dias)	9	6,2
Prazo médio do ajuizamento à sentença (em dias)*	-	39,1
Percentual de sentença líquida*	100%	75%

FLÁVIO LONDRES DA NÓBREGA		
	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Audiências realizadas	-	-
Número de pautas	-	-
Conciliações	-	-
Processos julgados no prazo	-	-
Processos julgados fora do prazo	1	-
Despachos exarados	-	-
Percentual de conciliações com entes privados	-	-
Percentual de conciliações com entes públicos	-	-
Prazo médio p/ prolação de sentença (em dias)	28	-
Prazo médio do ajuizamento à sentença (em dias)*	507	-
Percentual de sentença líquida*	100%	-

[Assinatura]



MARCELLO WANDERLEY MAIA PAIVA		
	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Audiências realizadas	-	34
Número de pautas	-	5
Conciliações	-	17
Processos julgados no prazo	-	27
Processos julgados fora do prazo	-	1
Despachos exarados	-	109
Percentual de conciliações com entes privados	-	35%
Percentual de conciliações com entes públicos	-	7%
Prazo médio p/ prolação de sentença (em dias)	-	5,45
Prazo médio do ajuizamento à sentença (em dias)*	-	42
Percentual de sentença líquida*	-	80%

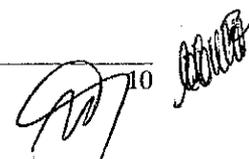
* Para o cálculo do prazo médio entre o ajuizamento e a sentença foram excluídos os processos com pericia, os decididos em audiência (artigos 844 e 852-B da CLT/homologação de transação), os que tiveram declarada a incompetência e os aguardando o desfecho de outro processo ou o cumprimento de carta precatória.

* O percentual de sentença líquida foi calculado levando-se em conta o quantitativo de sentenças procedentes e procedentes em parte, sem excluir deste cômputo as decisões de obrigação de fazer.

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão

DA ASSIDUIDADE DOS JUÍZES TITULAR E SUBSTITUTOS

De conformidade com as informações prestadas pela Ouvidoria deste Tribunal, não houve, no período de 1º/08/2012 a 31/07/2013, registro de reclamações ou manifestações de inassiduidade contra o Juiz Titular Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva, o Juiz Substituto Fixo Paulo Nunes de Oliveira e os Juízes Substitutos Adriana Lemes Fernandes Maracajá Coutinho, Aécio Pereira de Lima Filho, Flávia Roberta Farias da Costa Assunção, Flávio Londres da Nóbrega e Marcello Wanderley Maia Paiva, que eventualmente atuaram na 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande durante o mencionado período.





DOS PRAZOS PARA A ENTREGA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PRAZOS MÉDIOS		
RITO SUMARÍSSIMO (em dias)	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Prazo médio para realização da 1ª audiência	15	25
Prazo médio para realização da audiência de prosseguimento, quando necessário	45	47
Prazo médio para prolação de sentença	7	9
RITO ORDINÁRIO (em dias)	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Prazo médio para realização da 1ª audiência	23	27
Prazo médio para realização da audiência de prosseguimento, quando necessário	56	54
Prazo médio para prolação de sentença	6	9

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão

No período de 1º/08/2012 a 31/12/2012, os dados revelam: **a) rito sumaríssimo:** prazo médio para realização da audiência inicial de 15 (quinze) dias, audiência de prosseguimento de 45 (quarenta e cinco) dias e prolação de sentença de 07 (sete) dias; **b) rito ordinário:** prazo médio para realização da audiência inicial de 23 (vinte e três) dias, audiência de prosseguimento de 56 (cinquenta e seis) dias e prolação de sentença de 06 (seis) dias.

Em relação ao período de 1º/01/2013 a 31/07/2013, os dados revelam: **a) rito sumaríssimo:** prazo médio para realização da audiência inicial de 25 (vinte e cinco) dias, audiência de prosseguimento de 47 (quarenta e sete) dias e prolação de sentença de 09 (nove) dias; **b) rito ordinário:** prazo médio para realização da audiência inicial de 27 (vinte e sete) dias, audiência de prosseguimento de 54 (cinquenta e quatro) dias e prolação de sentença de 09 (nove) dias.

[Handwritten signature]



DA FASE DE CONHECIMENTO

FASE DE CONHECIMENTO	
Período	1º/08/2012 a 31/07/2013
Recebidos	2035
Remanescentes de período anterior	257
Recebidos com sentença anulada	1
Total de processos	2293
Resolvidos	1930
Pendentes	363

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão

No período de 1º/08/2012 a 31/07/2013, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande recebeu 2035 (duas mil e trinta e cinco) ações, que, somadas ao resíduo de meses anteriores, 257 (duzentas e cinquenta e sete) e a 01 (um) feito com sentença anulada, totalizaram 2293 (dois mil, duzentos e noventa e três) processos, sendo solucionados 1930 (mil novecentos e trinta), restando 363 (trezentos e sessenta e três) feitos pendentes na fase instrutória.

DOS INCIDENTES PROCESSUAIS

NATUREZA DOS INCIDENTES PROCESSUAIS RECEBIDOS E JULGADOS 1º/08/2012 a 31/12/2012				
Classe	Remanescentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Pedido de antecipação de tutela	-	7	4	3
Exceção de incompetência	-	7	7	-
Embargos declaratórios	1	42	21	22
Impugnação à sentença de liquidação	2	15	8	9
Embargos à execução, arrematação e adjudicação	9	21	20	10
Exceção de pré-executividade	1	4	3	2

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão



No período de 1º/08/2012 a 31/12/2012, os incidentes processuais distribuíram-se da seguinte forma: **a) pedido de antecipação de tutela:** recebidos 07 (sete), julgados 04 (quatro), restando 03 (três) pendentes de julgamento; **b) exceção de incompetência:** recebidas e julgadas 07 (sete), inexistindo pendência; **c) embargos declaratórios:** recebidos 42 (quarenta e dois), remanescente do período anterior 01 (um), julgados 21 (vinte e um), restando 22 (vinte e dois) pendentes de julgamento; **d) impugnação à sentença de liquidação:** recebidas 15 (quinze), remanescentes do período anterior 02 (duas), julgadas 08 (oito), restando 09 (nove) pendentes de julgamento; **e) embargos à execução, arrematação e adjudicação:** recebidos 21 (vinte e um), remanescentes do período anterior 09 (nove), julgados 20 (vinte), restando 10 (dez) pendentes de julgamento; **f) exceção de pré-executividade:** recebidas 04 (quatro), remanescente do período anterior 01 (uma), julgadas 03 (três), restando 02 (duas) pendentes de julgamento.

NATUREZA DOS INCIDENTES PROCESSUAIS RECEBIDOS E JULGADOS 1º/01/2013 a 31/07/2013				
Classe	Remanescentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Pedido de antecipação de tutela	3	31	33	1
Exceção de incompetência	-	2	1	1
Embargos declaratórios	22	142	124	40
Impugnação à sentença de liquidação	9	11	12	8
Embargos à execução, arrematação e adjudicação	10	17	21	6
Exceção de pré-executividade	2	2	4	-

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão

No período de 1º/01/2013 a 31/07/2013, os incidentes processuais distribuíram-se da seguinte forma: **a) pedido de antecipação de tutela:** recebidos 31 (trinta e um), remanescentes do período anterior 03 (três), julgados 33 (trinta e três), restando 01 (um) pendente de julgamento; **b) exceção de incompetência:** recebidas 02 (duas), julgada 01 (uma), restando 01 (uma) pendente de julgamento; **c) embargos declaratórios:** recebidos 142 (cento e quarenta e dois), remanescentes

13



do período anterior 22 (vinte e dois), julgados 124 (cento e vinte e quatro), restando 40 (quarenta) pendentes de julgamento; **d) impugnação à sentença de liquidação:** recebidas 11 (onze), remanescentes do período anterior 09 (nove), julgadas 12 (doze), restando 08 (oito) pendentes de julgamento; **e) embargos à execução, arrematação e adjudicação:** recebidos 17 (dezessete), remanescentes do período anterior 10 (dez), julgados 21 (vinte e um), restando 06 (seis) pendentes de julgamento; **f) exceção de pré-executividade:** recebidas 02 (duas), remanescentes do período anterior 02 (duas), julgadas 04 (quatro), inexistindo pendência.

DA FASE EXECUTÓRIA

FASE EXECUTÓRIA		
Períodos	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Títulos Extrajudiciais	2	2
Execuções iniciadas no período	236	312
Execuções residuais	1079	958
Processos desarquivados para continuação da execução	45	49
Processo recebido de outro órgão	-	-
Execuções encerradas no período	301	378
Processos remetidos ao arquivo provisório	122	86
Saldo de processo no arquivo provisório	337	296
Processos pendentes de execução	958	861
Total de processos na fase de execução	1295	1157

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão

*Somente são computados como "Processos desarquivados para continuação da execução" os processos com "Execuções iniciadas" antes do período correccionado, tendo em vista que os que tiveram "Execuções Iniciadas" dentro do período correccionado já figuram no item "Execuções Iniciadas no período".

No período de 1º/08/2012 a 31/12/2012, ocorreu o registro de 02 (duas) execuções de títulos extrajudiciais, 236 (duzentas e trinta e seis) execuções iniciadas e 45 (quarenta e cinco) processos desarquivados para continuação da execução, que, somados ao resíduo anterior, 1079 (mil e setenta e nove), totalizaram 1362 (mil trezentos e sessenta e dois) feitos. Foram encerradas 301 (trezentas e uma) execuções e 122 (cento e vinte e dois) processos foram remetidos ao arquivo provisório, restando 958 (novecentos e cinquenta e oito) feitos pendentes de



execução e 337 (trezentos e trinta e sete) de saldo no arquivo provisório, totalizando 1295 (mil duzentos e noventa e cinco) processos na fase de execução.

Em relação ao período de 1º/01/2013 a 31/07/2013, foi constatado o registro de 02 (duas) execuções de títulos extrajudiciais, 312 (trezentas e doze) execuções iniciadas e 49 (quarenta e nove) processos desarquivados para continuação da execução, que, somados ao resíduo anterior, 958 (novecentos e cinquenta e oito), totalizaram 1321 (mil trezentos e vinte e um) feitos. Foram encerradas 378 (trezentas e setenta e oito) execuções e 86 (oitenta e seis) processos foram remetidos ao arquivo provisório, restando 861 (oitocentos e sessenta e um) feitos pendentes de execução e 296 (duzentos e noventa e seis) de saldo no arquivo provisório, totalizando 1157 (mil cento e cinquenta e sete) processos na fase de execução.

DAS CONCILIAÇÕES

PROCESSOS CONCILIADOS		
PERÍODOS	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
Total de processos decididos na fase de conhecimento	618	1312
Conciliados - Rito sumaríssimo	105	217
Conciliados - Rito ordinário	105	197
Percentual de conciliação alcançado	33%	31%
Processos conciliados na fase de execução	6	3

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão

No período de 1º/08/2012 a 31/12/2012, foram conciliados 105 (cento e cinco) processos de rito sumaríssimo e 105 (cento e cinco) de procedimento ordinário, totalizando 210 (duzentos e dez), que corresponde a 33% do total de processos decididos. Na fase de execução foram conciliados 06 (seis) processos.

Em relação ao período de 1º/01/2013 a 31/07/2013, foram conciliados 217 (duzentos e dezessete) processos de rito sumaríssimo e 197 (cento e noventa e sete) de procedimento ordinário, totalizando 414 (quatrocentos e quatorze), que



corresponde a 31% do total de processos decididos. Na fase de execução foram conciliados 03 (três) processos.

DAS AUDIÊNCIAS

A Vara geralmente dispõe de 04 (quatro) dias na semana para a realização de audiências – de segunda a quinta-feira.

DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS 1º/08/2012 a 31/07/2013						
Tipos de Audiências	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	TOTAL
Unas	115	241	195	157	10	718
Instruções	66	49	48	131	5	299
Razões finais	66	133	98	130	11	438
Julgamentos	233	163	207	171	119	893
Conciliações	4	21	10	32	2	69
TOTAL						2417

DAS ARRECADAÇÕES

ARRECADAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO		
Períodos	1º/08/2012 a 31/12/2013	1º/01/2013 a 31/07/2013
Valor pago ao reclamante em virtude de acordo	R\$ 3.361.332,29	R\$ 1.774.938,27
Valor pago ao reclamante em decorrência de execução	R\$ 1.559.276,29	R\$ 2.095.011,50
Valores arrecadados a título de IRPF	R\$ 37.194,60	R\$ 14.804,19
Valores arrecadados a título de contribuição previdenciária	R\$ 770.049,32	R\$ 826.827,45
Valores arrecadados a título de custas processuais de conhecimento/execução	R\$ 56.414,80	R\$ 144.928,26
TOTAL	R\$ 5.784.267,30	R\$ 4.856.509,67

*Fonte: SUAP com a metodologia do Sistema e-Gestão



No período de 1º/08/2012 a 31/12/2012, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande liberou para os reclamantes a importância de R\$ 3.361.332,29 (três milhões, trezentos e sessenta e um mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos) em virtude de acordo e R\$ 1.559.276,29 (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos) em decorrência de execução, totalizando a quantia de R\$ 4.920.608,58 (quatro milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e oito reais e cinquenta e oito centavos). Recolheu R\$ 37.194,60 (trinta e sete mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta centavos) a título de IRPF, R\$ 770.049,32 (setecentos e setenta mil, quarenta e nove reais e trinta e dois centavos) a título de contribuição previdenciária e R\$ 56.414,80 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos) a título de custas processuais.

Em relação ao período de 1º/01/2013 a 31/07/2013, foi constatado que a Vara correicionada liberou para os reclamantes a importância de R\$ 1.774.938,27 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos) em virtude de acordo e R\$ 2.095.011,50 (dois milhões, noventa e cinco mil, onze reais e cinquenta centavos) em decorrência de execução, totalizando a quantia de R\$ 3.869.949,77 (três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos). Recolheu R\$ 14.804,19 (quatorze mil, oitocentos e quatro reais e dezenove centavos) a título de IRPF, R\$ 826.827,45 (oitocentos e vinte e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos) a título de contribuição previdenciária e R\$ 144.928,26 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos) a título de custas processuais.



DOS DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO		
Número de processos inspecionados no exercício de 2012		697
Número de processos inspecionados no período de 1º/01/2013 a 31/07/2013		484
PERÍODOS	1º/08/2012 a 31/12/2012	1º/01/2013 a 31/07/2013
BNDT – Total de processos incluídos pela Vara	465	555
Processos incluídos pelo Juiz Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	361	154
Processos incluídos pelo Juiz Paulo Nunes de Oliveira	52	348
NÚMERO DE ACESSOS EFETUADOS NOS SISTEMAS:		
BACENJUD – Consultas realizadas pela Vara	414	397
Consultas realizadas pelo Juiz Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva	350	299
Consultas realizadas pelo Juiz Paulo Nunes de Oliveira	42	74
INFOJUD	38	594
RENAJUD	372	328

DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações fornecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande vem contribuindo para a execução do Planejamento Estratégico Institucional, por meio da realização de iniciativas descritas em seu Mapa de Contribuição construído em 2011.

Das ações relacionadas naquele documento e adotadas na Vara merecem destaque: **a)** correção das inconsistências da base de dados do SUAP; **b)** intensificação da utilização dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD e Malote Digital; **c)** realização de reuniões periódicas com o objetivo de revisar, otimizar e padronizar procedimentos de trabalho.



Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria da Unidade correicionada, foram medidos os seguintes indicadores de desempenho: **a)** pesquisa de satisfação do jurisdicionado, com índice de satisfação, no ano de 2012, superando com folga a meta; **b)** quantidade de procedimentos padronizados, com a meta para 2012 atingida (05 procedimentos padronizados).

Por fim, o Diretor de Secretaria informou, ainda, à Assessoria de Gestão Estratégica, que enfrentou alguns problemas com o curto espaço de tempo para estudo do fluxo dos processos.

DAS BOAS PRÁTICAS IMPLEMENTADAS NA VARA

Registra o Desembargador Presidente e Corregedor, segundo informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Campina Grande, que, durante o período correicionado, a Unidade implantou boas práticas que buscaram desburocratizar os procedimentos processuais visando atingir a eficiência na prestação jurisdicional, tais como: **a)** notificação feita previamente à parte contrária para contrarrazoar o recurso interposto, e, somente após o decurso do prazo, submetendo o incidente ao Juiz para análise da admissibilidade; **b)** fixação de dia e hora para comparecimento das partes na Secretaria visando a anotação na CTPS, acabando com a guarda desse tipo de documento pela secretaria; **c)** promoção da digitalização da maior parte dos processos que ainda tramitavam de forma física na vara, acreditando o Diretor de Secretaria que o acervo físico da Vara está reduzido a menos de 5% do total de processos, excluindo-se os processos de execuções fiscais e os que aguardam o cumprimento de precatório; **d)** reuniões periódicas (pelo menos uma em cada semestre) para tratar de assuntos relacionados a procedimentos, esclarecendo acerca da tramitação processual e registros no SUAP; **e)** remessa dos processos digitalizados à Central de Arquivos, motivando a consulta exclusivamente digital do processo. A Vara mantém um controle em planilha excel que informa as caixas nas quais se encontram os autos físicos.



DAS RECOMENDAÇÕES

Permanecendo o caráter preventivo e pedagógico que tem pautado os trabalhos, o Desembargador Presidente e Corregedor recomenda: **1) aos Juízes que atuam na Vara que:** **a)** procurem meios necessários para promover a redução dos prazos médios para realização da primeira audiência, no rito sumaríssimo, estabelecendo como meta o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a apreciação dos processos, conforme determina o inciso III do art. 852-B da CLT; **b)** canalizem esforços no sentido de atingir a meta estabelecida no Planejamento Estratégico deste Regional com relação à diminuição da taxa de congestionamento na fase de execução, bem como as Metas 1 e 13 do CNJ, que visam julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos e parcela do estoque e aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011, respectivamente, que, em análise parcial do exercício de 2013, não vêm sendo cumpridas; **c)** encaminhem à Procuradoria da Fazenda Nacional cópias das decisões que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, consoante Recomendação TRT SCR nº 003/2012; **d)** utilizem a toga nas audiências, atendendo a expressa recomendação da Corregedoria-Geral por ocasião da última correição realizada neste Regional; **e)** atentem para a importância da permanência na Vara em todos os dias da semana, viabilizando o contato direto com os jurisdicionados; **f)** evitem julgamentos com atrasos, conforme identificado nos processos 0694/2012/009, 0762/2012/009 e 0765/2012/009; **g)** ao elaborarem termo de conciliação, dele faça constar o valor do débito previdenciário com o intuito de homologar, também, o valor devido ao INSS; **h)** apenas efetivem a ordem de inclusão da parte executada no BNDT após a realização de pesquisa junto ao Sistema BACENJUD, conforme estabelecido no § 1º-A do art. 1º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST; **i)** procurem meios de julgar o mais rápido possível, os embargos de declaração que se encontram com o prazo de julgamento vencido, a exemplo dos processos nº 1029/2011/009, 0297/2012/009, 1449/2012/009 e 1565/2012/009; **2) aos servidores da Vara que:** **a)** disponibilizem os PDF's das consultas periódicas realizadas nos autos que aguardam desfecho de



outros processos, a exemplo de cartas precatórias, agravos de instrumento e processos que receberam penhora no rosto dos autos, oportunizando aos jurisdicionados a compreensão da situação em que suas demandas se encontram; **b)** quando da expedição de carta precatória às Varas do Trabalho de Santa Rita e Mamanguape, procedam à remessa por meio do Malote Digital, conforme estabelecido no Ato TRT GP nº 433/2012 e Recomendação TRT SCR nº 009/2012 deste Regional.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Presidente e Corregedor constata, com satisfação, que a Unidade correicionada melhorou, sobremaneira, o seu desempenho na busca pela excelência na prestação jurisdicional em relação ao quadro encontrado na correição anterior, merecendo ênfase a observância da padronização de procedimentos, a clareza no ordenamento dos atos processuais e a utilização de todos os meios de coerção do devedor para a satisfação do crédito exequendo, razão pela qual parabeniza os Juízes Titular e Substitutos, o Diretor de Secretaria e demais servidores.

O Corregedor registra o cumprimento da meta do Planejamento Estratégico deste Regional com relação à taxa de congestionamento na fase de conhecimento, atingindo o excepcional percentual de 12,90%.

Por fim, ressalta o Corregedor os bons índices de conciliação alcançados no período correicionado, privilegiando os princípios da economia e celeridade processual, e enfatizando a boa prática de promover a digitalização da maior parte dos processos que ainda tramitavam de forma física na Vara, acreditando o Diretor de Secretaria que o acervo físico da Vara foi reduzido a menos de 5% do total de processos, excluindo-se os processos de execuções fiscais e os que aguardam o cumprimento de precatório.



Dando continuidade à prática que vem sendo adotada nas correições, foi realizada reunião com os servidores, registrando-se suas considerações, para posterior análise.

DAS VISITAS

Conforme publicado em edital, o Desembargador Presidente e Corregedor esteve à disposição de todos na Vara em correição, para acolher reclamações e sugestões, tendo sido registrada a visita do advogado Erivan Tavares Granjeiro, que teceu elogios ao tratamento dispensado aos jurisdicionados pelos magistrados e servidores.

DOS AGRADECIMENTOS

O Desembargador Presidente e Corregedor agradece ao Juiz Titular Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva, ao Diretor de Secretaria Francisco de Assis Queiroz, aos Servidores Alessandra Duarte Pinto de Sousa, Anete Chagas Brunet, Carlos José dos Santos, Ellen White Alves Oliveira, Fernanda Farias Wanderley, Lúcia de Fátima Campos, Luciana Maria Barbosa Gusmão, Marcelo Cavalcante Arruda, Normando Primo Bitu, Rachel Gaudêncio de Brito Wanderley e Sandra Maria Silva França Feitosa, ao estagiário Gustavo Sousa Costa e à prestadora de serviços da Empresa Tress, Sheila de Lima Gonçalves, pela acolhida cordial durante os trabalhos de correição.

DO ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente e Corregedor encerrou os trabalhos, nesta data, deixando assinalado o

 22 



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da Décima Terceira Região

prazo de 08 (oito) dias, a contar do recebimento da respectiva Ata de Correição, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações. A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet. Ata lavrada na cidade de Campina Grande no dia 16 de agosto do ano de dois mil e treze.

Carlos Coelho de Miranda Freire
CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE
Desembargador Presidente e Corregedor

Humberto Halison Barbosa de Carvalho e Silva
HUMBERTO HALISON BARBOSA DE CARVALHO E SILVA
Juiz Titular